

EVANGELISCHE AKADEMIE LOCCUM

Das neue Qualitätsprüfzeichen für Lebensmittel – Eine Perspektive für den nachhaltigen Sojahandel?

Tagung vom 21. bis 23. September 2001



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL Estado da Participação Popular Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Rio Grande do Sul
A place without transgenics

Com uma área colhida de 13.837.579 hectares (*) e uma produção de 36.837.638 toneladas (*), colhidas na última safra, o Brasil ocupa a segunda posição na produção mundial de soja, superada somente pelos Estados Unidos.

O Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil, é o maior produtor de grãos da federação. Na última safra, o Estado colheu uma área de 2.954.692 hectares (*) e uma produção de 6.927.590 toneladas (*) de soja. Com estes números, o Rio Grande do Sul é responsável por 21,35% da área brasileira de soja e 18,81% da produção nacional.

Atualmente, o cultivo comercial de plantas geneticamente modificadas está proibido no Brasil, por decisão da justiça federal.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul entende que a decisão da justiça brasileira é acertada e defende a idéia de uma zona livre de transgênicos. Esta posição é justificada pelas seguintes razões:

- os resultados das pesquisas com Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ainda são controversos no âmbito da comunidade científica internacional;
- não existem dados conclusivos sobre os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde humana e animal, devendo ser invocado o Princípio da Precaução, acordado na II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO92), do qual o Brasil é signatário;

* Dados referentes à safra 2000/2001. Fonte: IBGE-FECOAGRO/RS.

- os transgênicos na agricultura, ao contrário do que tem sido divulgado pelas indústrias de biotecnologia, não têm apresentado os resultados acenados aos agricultores. Tem sim, apresentado uma dependência ainda maior dos agricultores a essas tecnologias e às empresas transnacionais que as desenvolvem;
- sendo o Brasil - um grande produtor mundial de grãos - ainda sem cultivos transgênicos, poderá atender com maiores garantias os mercados consumidores que buscam alimentos não transgênicos, como os mercados europeus e asiáticos;
- a liberação do plantio de transgênicos significa a perda do controle nacional sobre a produção de sementes. Entregar para empresas multinacionais o controle da produção de sementes significa abrir mão da segurança e soberania alimentar;
- uma grande proporção dos agricultores no nosso Estado são de pequeno porte, tipicamente de produção familiar. Grande parte desses agricultores familiares, por razões culturais e econômicas, separa parte da safra para o plantio na seguinte. Portanto, a liberação do plantio da semente patenteada pelas multinacionais interfere diretamente no futuro dos agricultores familiares.

Para atender a esses e outros mercados exigentes de produtos não modificados geneticamente, é preciso dotar os sistemas produtivos de estruturas que garantam a qualidade do produto. Para isso, sistemas de rastreabilidade e certificação devem ser adotados, conferindo credibilidade aos produtores e confiança aos importadores.

O governo do Rio Grande do Sul vem trabalhando para construir parcerias com os produtores a fim de viabilizar estruturas de rastreabilidade e certificação dos grãos cultivados no Estado, em especial a soja e o milho.

O Departamento de Produção Vegetal é responsável pela fiscalização da qualidade das sementes que são comercializadas aos agricultores.

A Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), possui uma estrutura de classificação de produtos vegetais distribuída em todo o Estado, totalizando 57 pontos que incluem postos de fronteira com os países vizinhos – Argentina e Uruguai – e dois nos principais portos – Porto Alegre e Rio Grande.

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), possui uma estrutura que permite a armazenagem de grãos com inspeção de qualidade do produto, através de testes para detecção de modificação genética.

O Estado ainda dispõe de equipe técnica treinada para inspecionar cargas depositadas em armazéns das cooperativas se esse serviço for solicitado.

O Porto de Rio Grande, um dos mais modernos do País, possui estrutura que pode garantir o embarque de cargas seguras de contaminação, inspecionadas e lacradas.

Além dessa estrutura, o governo do Estado vem tratando com empresas de certificação para garantir um produto com certificado de qualidade **Não GM**, uma exigência cada vez maior dos mercados consumidores.

Para o resultado positivo há o empenho conjunto do governo e dos setores produtivos. No Rio Grande do Sul, 45% da produção de soja passa pelo sistema cooperativista, o que facilita articulações entre o setor produtivo e o governo do Estado. Por outro lado, é necessário também um compromisso mais formal dos mercados importadores. Construir uma estrutura capaz de garantir a qualidade desejada de um produto é uma tarefa que exige uma soma de esforços e recursos – humanos e financeiros. Os mercados consumidores devem ser sensíveis a isso.

Hoje o Rio Grande do Sul já está exportando soja orgânica para o mercado francês com um adicional de preço de 20% e soja certificada como **Não GM** com preços adicionais de até 5%.

O Rio Grande do Sul entende que ampliar esses mercados – orgânicos e Não GM – é um grande desafio que requer, antes de mais nada, coragem para mudar o modo de produzir na agricultura. E este passo estamos dando. Os mercados consumidores têm uma grande contribuição nesse processo. É preciso compreender e valorizar os esforços que têm sido realizados no sentido de produzir melhor e diferente no campo para atender o consumidor da cidade que é cada vez mais exigente de um alimento com um novo conceito de qualidade.

Eng.º Agr.º José Hermeto Hoffmann,
Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento.